

**AS VÁRIAS FACES DO IMPERADOR:
UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE JUSTINIANO NAS CUNHAGENS
E NA *CRÔNICA* DE JOÃO MALALAS**

*Stephanie Martins de Sousa*¹

RESUMO

O presente artigo propõe um estudo sobre as representações do imperador Justiniano I nos artefatos monetários e na obra *Crônicas*, de João Malalas, escrita no século VI. Nosso objetivo é examinar os pontos de contato e de afastamento entre as imagens oficial e literária do imperador. Ao longo da Antiguidade, as imagens constituíram importantes recursos de comunicação e persuasão, exercendo um papel fundamental na formação de um discurso público, sendo essenciais para a manutenção e legitimação do poder dos imperadores.

PALAVRAS-CHAVE

Justiniano; numismática; representação; João Malalas; imagem.

¹ Doutoranda em história na Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Brasil. Membro do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano (LEIR). A pesquisa é realizada sob a orientação do Professor Dr. Fábio Duarte Joly e conta com o financiamento da CAPES. E-mail: stephannemartins@hotmail.com

I – Introdução

O governo de Justiniano é reconhecido pela historiografia como um período de grandes triunfos e conquistas político-militares, que marcaram o restabelecimento de um forte domínio imperial no Ocidente, pela organização do código jurídico, por grandes construções e disputas religiosas em defesa do cristianismo. Ao mesmo tempo, foi visto como uma autocracia, marcada pelas perseguições, pela chegada da peste e por vários desastres naturais. Os primeiros sucessos alcançados com os empreendimentos militares foram seguidos de profundas dificuldades. A igreja de Santa Sofia, talvez sua maior realização, deve sua existência a um sério motim que quase levou à queda do próprio imperador. No entanto, segundo Michael Mass (2005, pp. 3-4), mesmo com essas ambiguidades, o reinado de Justiniano pode ser visto como um momento de grandes transformações no qual elementos cristãos, romanos e gregos se fundiram e uma nova entidade cultural, que os historiadores modernos chamam de Bizâncio², tomou forma.

Muitos dos problemas dessa ambivalência sobre Justiniano podem ser encontrados nas fontes. Por um lado, temos distintas narrativas sobre o imperador, devido ao complexo contexto político-religioso do período; por outro, temos as representações oficiais, com a imagem que o imperador buscou para si, a qual amiúde pode ou não revelar um outro ponto de vista. A nossa proposta, neste artigo, é analisar a representação de Justiniano nas moedas cunhadas durante o seu governo e na literatura, mais especificamente na *Crônica*, escrita por João Malalas. Nosso objetivo é examinar quais são os pontos de aproximação e afastamento entre essas representações. A maior parte da historiografia moderna sobre o período, de modo geral, dá grande ênfase às chamadas “guerras de reconquista”³, que foram narradas nas obras de Procópio de Cesareia, as quais são consideradas as principais

² Quando falamos do Império Romano ou dos próprios romanos nesse artigo, nos referimos ao império historiograficamente conhecido como Império Bizantino. Preferimos o uso dessa nomenclatura, pois os bizantinos se autodenominavam como romanos e se consideravam herdeiros diretos da antiga Roma.

³ Renato Viana Boy, em sua tese de doutorado, discute o uso da ideia de “reconquista” pela historiografia para tratar as guerras de Justiniano. Para o autor, o imperador não desejava “reconquistar” esses territórios, mas reorganizar as relações de poder que haviam sido temporariamente estremecidas. Além disso, Procópio não faz uso dos termos “reconquista”, “restauração” ou “recuperação” em suas narrativas. Tais definições: “[...] seriam frutos de uma construção historiográfica que se utiliza das Guerras embora não estejam presentes nos textos procopianos. Mas há um fator complicador em nossa análise: se, por um lado, o historiador não fala das guerras nos termos que encontramos na historiografia, por outro não encontramos em seus escritos nenhuma nomenclatura que classifique a natureza das guerras promovidas por Justiniano contra os godos na Itália. Analisando a *História das Guerras*, é possível perceber que a ideia de uma ‘Reconquista’ seria mesmo inconcebível para seu autor. Isso porque, na *Guerra Gótica*, Procópio fala dos territórios do Mediterrâneo (e, entre eles, a Itália e o norte da África) como domínios ainda subordinados ao poder imperial central no século VI. [...], se para Procópio, os acontecimentos de 476 não representaram o ‘Fim do Império’, não haveria motivos para que então, durante o governo de Justiniano, ele fosse ‘Reconquistado’”. Cf. Boy, 2013, p. 129.

fontes do período. Porém, em Malalas temos acesso a uma representação distinta do imperador. O cronista preocupou-se mais em escrever sobre as ações de Justiniano junto à Igreja e suas obras de reconstrução e fortificação em Constantinopla e nas demais cidades do Império, do que sobre suas conquistas político-militares. Assim, as guerras ocupam pouco espaço em suas narrativas.

Apesar do século VI ser rico em fontes literárias⁴ e do aumento do número de pesquisas sobre o período, ainda há poucos estudos que se dedicam à numismática bizantina⁵. Além da sua função econômica, a moeda e toda a sua simbologia tinham como propósito transmitir determinada mensagem e que essa abrangesse o maior número de pessoas. Aliadas a outras formas de representação, eram utilizadas para maximizar o efeito do que pretendia ser informado ao público. Ao contrário das fontes literárias que estavam, em grande parte, limitadas a uma elite intelectual e social, os artefatos monetários, devido a sua produção em massa e a sua grande circulação, tanto no âmbito privado como no público, exerciam um papel de suma importância na divulgação de mensagens⁶. Portanto, podemos afirmar que as imagens na Antiguidade eram um importante meio de comunicação visual, sendo fundamentais para a transmissão de ideias. Isso se confirma não só pela utilização de figuras que recuperam eventos do momento, como também pela associação dessas imagens aos textos das inscrições.

A análise dessas fontes, literárias e materiais, nos permite visualizar a lógica da apropriação dos mais diversos símbolos e de formas imagéticas, que podem ser utilizadas como estratégia política pelo “representante”, para que haja uma mobilização em torno de sua prática (Bourdieu, 1989 p. 175). Portanto, representações distintas de Justiniano podem ser construídas através de diversas fontes, em busca de imagens com significados específicos. Representação entendida por nós como demonstração não do real, mas do imaginado, a maneira como as pessoas gostariam de ser vistas e como gostariam que fossem eternizadas. Segundo Paulo Martins (2011, p. 108; pp. 111-112), o verbo *repraesentare* foi utilizado no período imperial em três acepções distintas: 1) pintar, esculpir e gravar; 2) trazer de volta, mostrar e exibir e 3) trazer à mente. O ato de representar impregnaria a audiência de elementos que possibilitam a construção de uma

⁴ Além de João Malalas, podemos citar as obras de Procópio de Cesareia, João Lídio, Agathias, Agapito, Paulo Silenciário, entre outros.

⁵ Cf. Brubaker & Tobler, 2000, p. 572; Oster, 1982, p. 195.

⁶ Segundo Paulo Martins: “pode-se dizer, portanto, que enquanto os textos literários buscam, ao representar, um percurso mais amplo do tempo, amplificando, assim, os atributos do figurado a um limite atemporal, pois é eterno no sentido etimológico do termo, a figuração numismática restringe-se ao momento do *hic et nunc*, limitando e facilitando a recepção da mensagem, pois é pontual e o referencial é próximo e imediato”. Cf. Martins, 2011, p. 152.

imagem que, mesmo não sendo real, pode produzir o efeito de realidade, sendo que toda e qualquer representação do passado é referendada pela memória coletiva⁷, a qual é entendida pelo autor como instrumento de poder. Nesse sentido,

o ato de representar revitaliza a imagem esquecida na memória e é fator para a consecução de afetos ou afecções que, conforme a própria preceptiva retórica, podem ser éticos ou patéticos. O verbo *repraesentare*, portanto, pode ser entendido como a soma de suas acepções, pois suas significações não são excludentes. Pintando ou esculpindo as *imagines*, pode-se trazer de volta, mostrar algo que já foi visto, engendrando uma *φαντασία/uisio* que, por ser vívida e verossímil, pode trazer à mente algo de patético ou ético no âmbito dos afetos (Martins, 2011, p. 112).

A representação seria, assim, um vínculo entre a sociedade e o poder, que tem como função sintonizar a ação dos governantes com as aspirações dos governados. A forma com que os imperadores eram representados seria a chave para compreendermos como o seu poder era concebido, já que eles tinham o poder de controlar, direta e indiretamente, os meios de comunicação que transmitiam as crenças e expectativas culturais das sociedades⁸. Portanto, as imagens dos imperadores se confundiria com as representações de poder vigentes no Império Romano⁹.

⁷ Segundo o mesmo autor, agem em Roma dois tipos de memória coletiva, uma vinculada as imagens (*repraesentationes*), ao não escrito e a outra ligada à escrita. A primeira tem como suporte o monumento e os acontecimentos memoráveis, já a segunda institui o documento e funciona como depósito de informações. Porém, temos que ter em mente a concepção de monumento instituída por Jacques Le Goff, no qual todo documento é um monumento, portanto essa dicotomia deve ser minimizada. Cf. Martins, 2011, p. 153. Monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar recordação. Ele resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias. Desde a Antiguidade o monumento tende a se especializar em dois sentidos: 1) como obras comemorativas de arquitetura ou de esculturas e 2) através de monumentos funerários destinados a perpetuar a recordação de uma pessoa. Cf. Le Goff, 1984, pp. 1-3.

⁸ Todo o sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos. Ele visa fazer-se reconhecer, identificar e, se possível, ser favoravelmente apreciado, graças a todo um sistema de símbolos e emblemas (Agulhon, s.d., p. 283). O imperador deve se comportar como um ator político para conquistar e conservar o seu poder, sendo que a sua imagem deve se aproximar do que os súditos esperam encontrar em seu governante. Portanto, as imagens e símbolos são documentos importantes para a análise de determinado momento político. Devemos destacar a importância do reconhecimento dos sistemas simbólicos pelo público ao qual são destinados. Como instrumentos de comunicação e de conhecimento, eles transmitem mensagens e auxiliam os homens a imporem a visão que têm de sua própria posição nesse mundo, a visão de sua identidade social. Por isso, os governantes devem utilizar os símbolos e as imagens para impor e legitimar o seu poder, pois a política é, por excelência, o lugar da eficácia simbólica (Gonçalves, 2004, p. 116).

⁹ De acordo com os autores, nas formas de domínio, principalmente fundamentadas no poder pessoal, como foi o Império Romano, são de suma importância para a sua sustentação e reprodução as constantes tentativas de reforço e manutenção realizados por meio dos rituais de poder, como por exemplo: atos cerimoniais,

2. A moeda como um discurso: a representação monetária de Justiniano

O estudo das cunhagens imperiais traz uma série de vantagens para a análise das imagens e das comunicações¹⁰ no Império Romano. Cada moeda cunhada em Constantinopla ou nas demais oficinas, espalhadas por todo o território imperial, era um documento oficial e, como tal, representava uma expressão oficial do imperador e do seu governo. Além de sua função econômica, as moedas difundiam crenças, memórias, comemorações e perspectivas daqueles presentes nos aversos e reversos, por meio das legendas e imagens ali contidas. Elas exprimiam a intenção do representado, neste caso do imperador, como ele gostaria de ser visto, o que desejava associar à sua imagem, mas também o que a sociedade esperava de alguém com seu *status*. Uma variedade de rituais, textos e imagens deram expressão visual e simbólica às numerosas funções do governante, divulgando os múltiplos benefícios do governo imperial.

Duas características distinguiam as moedas de outros tipos de “dinheiro”, que eram utilizados para as trocas de bens e de serviços (como, por exemplo, gado, produtos agrícolas, metais e escravos). A primeira era a adesão a um padrão, o que reduzia os custos de transação e o fato de que elas apresentavam projetos que indicavam uma autoridade a qual, em princípio, garantia seu valor monetário. Ambos os recursos maximizaram a utilidade monetária e refletiram o papel crítico do Estado em produzi-las. Assim, embora o grau de monetização das economias do mundo romano não possa ser determinado com precisão, podemos afirmar que o uso de moedas era regular nos centros

construções públicas, produções artísticas e intelectuais, entre outras. Essas formas de transcritos públicos são utilizadas como estratégias de persuasão pelo governante para demonstrar aos dominados que ele é digno de exercer esse cargo e que governa para o bem de todos. Essas formas de transcritos públicos cumprem, portanto, na comunicação política cinco funções: 1) afirmar e ratificar a hierarquia do poder; 2) dissimular: ao controlar e custear a organização dos transcritos públicos, a classe dominante cria uma aparência de ideal de poder para ser vista pelos súditos; 3) eufemizar: utilizada para obscurecer o uso da coerção ou qualquer aspecto que pode comprometer o poder e a autoridade; 4) estigmatizar as pessoas ou atividades que se opõem aos parâmetros oficiais de manutenção do Estado e, por fim, 5) conquistar a unanimidade dos subordinados. Cf. Mendes; Silva, 2004, pp. 243-244.

¹⁰ “A Comunicação política pode ser definida como o conjunto das mensagens que circulam dentro de um sistema político, condicionando-lhe toda a atividade, desde a formação das demandas e dos processos de conversão às próprias respostas do sistema”. Cf. Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1986, p. 200. Hohlfeldt (2012, p. 63) destaca também a importância da comunicação para a manutenção do poder, pois além de permitir o intercâmbio de mensagens ela também tem a função de informar, constituir um consenso de opinião, persuadir ou convencer. Para o autor, os romanos utilizavam os processos de comunicação buscando o controle social, com a finalidade de garantir o poder e de obter uma opinião mais ou menos consensual. Todas as relações de comunicação são, de modo inseparável, relações de poder que dependem do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes envolvidos. Os símbolos, dessa forma, podem ser entendidos além de sua função de comunicação e de conhecimento, mas também como instrumento de integração social. Nesse sentido, deve-se levar em conta que o poder atribuído a alguém é uma construção social cuja força é medida pela mobilização simbólica.

urbanos e não incomum nas áreas rurais, e que praticamente todas as pessoas conseguiram usar ou ter acesso a elas uma vez ou outra¹¹. Foi através dessa combinação distinta de *status* oficial, incorporação simultânea de valor econômico e simbólico e produção em massa que fez da cunhagem um dos principais meios de comunicação no Império Romano (Noreña, 2011, pp. 249-251).

Pesquisas recentes também têm trabalhado com a hipótese de que as cunhagens poderiam trazer mensagens para públicos específicos, como destacou Oliver Hekster (2003, pp. 1-3) em seu artigo *Coins and messages: audience targeting on coins of different denominations?* Para o autor, os estudiosos deveriam analisar se as mensagens presentes nesses artefatos monetários, sejam elas entendidas como propaganda ou não, podem ter sido conscientemente dirigidas a públicos específicos, o que explicaria as mensagens diferentes em diversos tipos de moedas. Assim, por exemplo, caso o imperador desejasse o apoio das províncias, determinadas moedas falariam sobre isso, o que não seria necessariamente cunhado nas que iriam circular entre outros públicos. Da mesma forma, como já era esperado, as elites teriam o maior acesso às cunhagens de denominações mais altas, enquanto as classes sociais mais baixas acessavam aquelas com denominações menores. Esse ponto também é trabalhado por Erica Manders (1998, pp. 10-15), que demonstrou que o uso de um metal em particular influenciava o escopo de uma mensagem presente em um artefato monetário. Assim, públicos específicos poderiam deliberadamente ser alvos por meio da colocação de mensagens diferentes em moedas de diferentes metais.¹²

Durante todo o Império Bizantino, a característica mais marcante da arte imperial era a imensa importância do próprio imperador. Isso nos mostra que o culto imperial, instituído na época de Augusto, continuou mesmo com a cristianização do Império. Assim, havia dois cultos paralelos: o da Igreja e o da corte. Como os ícones religiosos serviam claramente a um, as moedas e toda a sua simbologia foram utilizadas pelo outro (Bellinger, 2001, pp. 70-71). Da mesma forma, a religião é um tema central quando

¹¹ As imagens falam por si mesmas, sem precisar de algum reforço dado por outros meios, sejam eles literários ou não. Além disso, a população era familiarizada com a iconografia romana, sendo que o retrato do imperador era uma imagem padrão, facilmente identificável e nas legendas era utilizado um vocabulário pictórico e limitado. Em geral, era necessário apenas um nível básico de alfabetização visual e cultural, mesmo com as constantes mudanças nos desenhos e considerando que a maioria das pessoas não sabia ler latim ou grego. As mensagens transmitidas pelas moedas eram semelhantes, e muitas vezes idênticas, àquelas transmitidas por outros meios. Assim, as moedas eram um dos principais instrumentos de distribuição de imagens e mensagens no Império Romano, sendo um meio onipresente de comunicação com a sociedade como um todo (Gregory, 1994, p. 81).

¹² Para outros autores que desenvolvem essa questão, ver: Lummel, 1991; Kemmers, 2005, pp. 39-49.

analisamos a simbologia do poder nesse período. O sistema estatal bizantino foi estruturado em torno da crença de que o imperador era o representante escolhido por Deus na terra. Em teoria, sua autoridade era ilimitada e ele estava envolvido em uma aura de santidade e inacessibilidade, criada e mantida através de uma complicada rede de cerimônias¹³ e rituais, que serviam para enfatizar o seu papel como elo entre as esferas terrestre e celestial. Segundo Leslie Brubaker e Helen Toble (2000, p. 554), especialmente nos primeiros anos bizantinos, a íntima associação do imperador com Deus às vezes entrava na antiga noção romana do *Divus Augustus*.

Os símbolos, imagens e inscrições presentes nos artefatos monetários e em outros meios imagéticos faziam parte de um inventário tradicional de imagens que adquiriram seu significado durante o Alto Império e que continuaram sendo utilizados na construção da imagem imperial na Antiguidade Tardia, agora aliados ao cristianismo e à sua iconografia. Porém, o processo de cristianização da imagem imperial e a evolução dessa teologia política demonstraram-se muito mais complexos e multifacetados. A iconografia cristã¹⁴ e sua simbologia se espalhou lentamente pelo Império, ao longo dos séculos IV e V, não conseguindo suplantam a influência pagã¹⁵ de imediato. Assim, as marcas de uma cultura tradicional e de uma ascendente cultura cristã ocupavam muitas vezes o mesmo espaço, como podemos observar tanto nas fontes materiais quanto nas literárias do período.

Nas cunhagens¹⁶ de Justiniano vemos essas tensões entre continuidade e transformação, pois ao mesmo tempo, são utilizados símbolos que remetem ao Alto

¹³ Christopher Kelly, em seu artigo *Emperors as gods, angels as bureaucrats: The representation of Imperial power in Late Antiquity*, discute as transformações que ocorreram com a conversão do Império ao cristianismo e a forma com que a nova religião afetou a percepção e a representação do poder, em um Estado mais centralizado e cerimonioso. Cf. Kelly, 1998, pp. 301-326.

¹⁴ Os símbolos religiosos mais comuns representados em moedas foram o monograma de Cristo (ou seja, o Cristograma ou *Chi-Rho*, que transmitia uma reivindicação ortodoxa anti-ariana) e a cruz. O século V, no entanto, foi um momento de mudanças decisivas na arte bizantina e, sem surpresa, a cristianização se refletiu na cunhagem: uma cruz em uma coroa de flores tornou-se um dos principais tipos de *tremissis*, enquanto uma vitória que segurava uma cruz longa era o tipo principal do *solidus* no oriente, a partir de 420. Cf. Grierson, 1999, p. 32.

¹⁵ Apesar de encontrarmos nos artefatos monetários várias simbologias cristãs, também encontramos iconografias pagãs, como por exemplo, a representação da deusa vitória (Figura 1), que foi uma das imagens mais recorrentes até o século VII. Já outras representações tradicionais, como a personificação de Roma e de Constantinopla, só apareceram nos governos de Constantino I, Anastácio I e de Justino II.

¹⁶ Ainda hoje os estudiosos divergem sobre a data para o início do chamado Império Bizantino, o mesmo ocorre para as cunhagens do período. De acordo com Philip Grierson, podemos dividir os pesquisadores em três grupos: o primeiro, representado pelos estudiosos que escreveram sobre o tema nos séculos XVI e XVII, e que ignoraram a existência de uma cunhagem propriamente bizantina, organizando os catálogos do início do Império Romano até a queda de Constantinopla, em 1453. A segunda, que é representada pelas obras clássicas *Description générale des monnaies byzantines*, escrita em 1862 por Sabatier e *Monnaies Byzantines* de Jean Tolstoi, de 1912, que colocaram como um marco o governo de Arcádio, devido a separação do Império em sua parte Oriental e Ocidental. Por fim, a última representada pelo *Catalogue of*

Império em conjunto com elementos cristãos. Assim, o imperador conseguiu alinhar o passado romano com o presente cristão, personalizando o seu poder, como podemos notar em sua iconografia e nos demais projetos implementados durante o seu governo, como as guerras no ocidente e a reorganização do código jurídico. Assim, temos um imperador cristão, que utilizou desses elementos os quais remetiam ao passado romano, como um meio para legitimar as suas ações. Dessa forma, o imperador conseguiu promover sua imagem como um modelo de imperador cristão, defensor da ortodoxia e que buscou, por meio de suas conquistas militares unificar o Império em torno de um credo único¹⁷. Como podemos ver nas seguintes imagens:



Figura 1. Solidus cunhado em Constantinopla, 527.

Fonte: Catalogue of Byzantine Coins in Dumbarton Oaks Collection: from Anastasius I to Maurice 491- 602 (Vol.1)

the Imperial Byzantine coins in the British Museum, de Warwick Worth, que começa com Anastácio I, que devido as suas novas reformas no sistema monetário, criou um padrão característico das cunhagens bizantinas. Grierson argumenta a favor do terceiro grupo, pois entre os governos de Arcádio e de Anastácio, o segundo é mais adequado. A cunhagem de Arcádio não começou em 395 com a divisão do Império, e, portanto, não correspondem as datas de seu reinado, isto é, de 395 a 408. O imperador inicia suas cunhagens em 383, quando foi nomeado Augusto por Teodósio I, sendo que a maior parte das suas moedas são referentes ao período de 383 a 395 e não pode ser separada das cunhagens de seus co-imperadores, Teodósio I, Valentiniano II e Graciano. Ainda segundo Grierson, a separação das moedas em imperadores ocidentais e orientais, entre 395 e 476, é bastante artificial, pois unidade formal do Império foi preservada e as moedas dos imperadores eram cunhadas em ambas as partes. A deposição de *Romulus "Augustulus"*, em 476, também não faz uma pausa satisfatória e não traz nenhum grande marco com relação as cunhagens. Portanto, com a criação da moeda de bronze, o *folles*, por Anastácio, é que podemos falar em um início de uma cunhagem bizantina. Cf. Grierson, 1982, pp. 2-3.

¹⁷ Segundo Georg Ostrogorsky, para Justiniano a vitória da religião cristã sobre o paganismo e as heresias era seu dever sagrado, assim como a restauração de seu poder nos antigos territórios do Império no Ocidente. Para o autor, o governo do imperador marcou o apogeu da influência imperial na vida eclesiástica, pois nenhum governante havia exercido um poder tão ilimitado junto à Igreja. Apesar de todos os esforços de Justiniano, as heresias continuavam sendo um grande obstáculo para a Igreja e para as pretensões políticas do imperador, que desejava unificar todo o território em torno de uma única religião, o cristianismo ortodoxo. Cf. Ostrogorsky, 1984, p.90.

Na figura 1, temos no anverso a representação de Justiniano sentado frontalmente em um trono, com uma aureola em torno de sua cabeça, usando trajes consulares¹⁸. Na sua mão direita ele segura um *mappa*¹⁹ e na esquerda uma cruz. Em torno da moeda a inscrição: *DNIVSTINI ANVSPPAVG // CONOB* (*Dominus Noster Iustinianus Perpetuus Augustus // Conob*). No anverso, duas Vitórias segurando uma longa cruz e um cetro. Em cima de cada uma, duas estrelas, com a inscrição *VITORI AAVCCC // CONOB*. Como podemos notar na figura acima, houve uma alteração²⁰ na imagem tradicional da deusa Vitória que passou a ser representada como um anjo usando túnica e pálio.

Os primeiros registros da imagem da Vitória nas moedas remontam ao século III a.C., contudo, como figura personificada, é encontrada apenas a partir de Augusto²¹. Inicialmente era associada às vitórias romanas sobre os inimigos externos, já no Império Romano tardio, seu uso também se relacionava a problemas de ordem civil, como disputas pela sucessão imperial, rebeliões e usurpações. Mesmo sob a égide cristã, a imagem da Vitória representava a segurança e o bem-estar do Império, conferindo o *status* de poder e conquista. Assim, a cunhagem da Vitória representava não só o poder militar sobre os rebeldes e os usurpadores, mas também a sutil e lenta derrubada dos costumes religiosos estabelecidos há muito tempo. Mostrando o final gradual do paganismo, enquanto, ao mesmo tempo, anunciava a vitória do cristianismo (Doyle, 2015, pp. 158-171)²².

No anverso da figura 2, temos a representação frontal de Justiniano I, usando um diadema e vestindo uma couraça. Em sua mão esquerda um orbe, na direita um escudo. Em torno da moeda a inscrição *D N IVSTINI-ANVS PP AVG*. No reverso, a figura da Vitória como um anjo, segurando em sua mão esquerda uma longa cruz, na direita um orbe, abaixo uma estrela, com a inscrição *VICTORI-A AVGGG A // ROMOB*. Nota-se que

¹⁸ Segundo George P. Galavaris, os trajes imperiais eram tão sagrados e indispensáveis que eram mantidos em um lugar especial no palácio, pois expressavam a missão do governante e a sua autoridade política. Havia três tipos de trajes imperiais nas moedas bizantinas: o militar, o do estado imperial e o consular. O traje militar era caracterizado pelo uso de uma armadura ou couraça, com um capacete ou diadema, e *paludamentum* (manto ou capa no ombro direito usado por comandantes militares). O do estado imperial consistia no uso da clâmide com uma túnica embaixo e o consular era caracterizado pelo uso da *trabea triumphalis*, que era um grande tecido roxo, tradicionalmente decorado com pedras preciosas, cruzado no peito com uma extremidade caindo sobre o braço esquerdo. Cf. GalavariS, 1958, pp. 100-101.

¹⁹ *Mappa* era originalmente o guardanapo branco lançado por um imperador ou magistrado como um sinal de partida no Circo, na iconografia romana tardia, passou a ser usado como um dos principais atributos dos cônsules.

²⁰ No governo de Justino I. Cf. Doyle, 2015, pp. 158-161.

²¹ *Ibidem*, p. 159.

²² Durante o governo de Justino II temos a utilização da personificação de Constantinopla nos artefatos monetários, esse reavivamento foi recebido de forma negativa e entendida como uma declaração pagã do imperador, pois a personificação foi confundida com a deusa Vênus, como podemos ver nos escritos de João de Éfeso. Cf. John of Ephesos, *Ecclesiastical History*, 3-1-4.

o imperador, ao invés de segurar um artefato militar, como era feito no início de seu governo, agora porta um orbe²³.



Figura 2. *Solidus*, cunhado em Roma, 537-542.

Fonte: The Berlin Münzkabinett Online Catalogue.

A representação do globo²⁴ torna-se comum a partir século III, como expressão da investidura do imperador pela divindade. Porém, a partir do século IV, tomará o sentido de “domínio do *basileus* sobre todo o *orbis romanorum*, tornando-se um atributo imprescindível para o imperador que aspira à hegemonia” (Silva; Zardini, 2011, p. 131). Com a inserção da cruz em cima do globo, temos a representação de um imperador cristão que reinava sobre todo o mundo, em nome de Cristo²⁵. Como destaca Procópio, Justiniano agora segura o orbe, “não uma espada ou uma lança”, que era “o emblema pelo qual ele sozinho obteve tanto seu Império e as suas vitórias nas guerras”²⁶.

Além do uso do orbe, temos uma outra inovação iconográfica implementada por Justiniano. Os retratos de perfil ou de três-quartos eram uma característica herdada das moedas cunhadas durante o Principado; porém, a partir do século VI, os imperadores passaram a ser representados frontalmente nas moedas de bronze (*follis* e em suas frações) e ouro. Essas mudanças marcaram uma alteração significativa nas mensagens políticas

²³ Há outros exemplares em que alguns elementos militares ainda foram mantidos, como o capacete, couraça e o escudo, mas a lança na mão direita foi substituída gradualmente pelo orbe nas cunhagens e em outras representações imagéticas do imperador. A maioria das moedas que apresentam Justiniano portando uma lança datam do período de 527-538. Ver Grierson & Belliger, 1966; Worth, 1908.

²⁴ Originalmente era um símbolo pagão que logo foi cristianizado, ao ser inserido uma cruz em cima do globo. No mundo cristianizado, o *globus cruciger* tornou-se o símbolo da autoridade universal do imperador, que a exercia como representante de Cristo, como um verdadeiro *kosmokrator*. Cf. Parani, 2003, p. 34.

²⁵ No século V temos alguns raros exemplos de moedas em que o imperador segura o orbe e utiliza trajes militares. Cf. Kent, 1994, p. 91.

²⁶ Procópio de Cesareia, *De aedificiis*, 1.2.11.

apresentadas, pois, ao invés de representações personalizadas e individualistas dos imperadores, vemos uma imagem padronizada que não variou durante os séculos VI e VII. Assim, a ênfase foi colocada no cargo imperial e não nos imperadores individuais, invocando uma autoridade derivada da nomeação, e não da linhagem dinástica, em um período de fracas conexões familiares²⁷.



Figura 3. Miliarense, cunhado em Constantinopla, 527-537.

Fonte: The Berlin Münzkabinett Online Catalogue.

No exemplar acima, o anverso traz o busto direito de Justiniano com barba, usando couraça, tendo em sua cabeça um diadema e auréola. No reverso, o imperador em pé, olhando para a esquerda, portando em sua mão esquerda uma lança e na direita uma espada. Também à direita uma estrela. Em torno da moeda a inscrição *GLORIA ROMANORVM // COB*. Existem outros modelos desse exemplar, no qual o imperador aparece sem barba e segurando um orbe ao invés de uma espada, além de um medalhão de ouro²⁸ que é bastante semelhante a essa moeda. Esta legenda apareceu pela primeira vez durante o reinado de Constantino, tradicionalmente acompanhada da personificação de Roma ou Constantinopla. Não encontramos personificações nas cunhagens desse período, mas a principal mensagem transmitida pela inscrição era que o imperador, através das conquistas militares, traria glória ao Império e à população. Chama a nossa atenção a estrela representada, que pode fazer alusão à astrologia, como passagens de

²⁷ A associação lado a lado de imperadores nas cunhagens, que representavam tradicionalmente, desde o século IV, a sucessão imperial, foi brevemente usada para associar Justino I e Justiniano I em 527. Também temos uma série de *solidus* cunhados durante o governo em conjunto de Justino II e Tibério II, em 578. Ao invés desse tradicional recurso utilizado para marcar a transição dos governos, os imperadores no século VI e VII, preservaram essas alterações iconográficas promovidas por Justiniano. Para as cunhagens de Justino II e Tibério II ver: Grierson & Belliger, 1966; Worth, 1908.

²⁸ Cf. <<http://www.bmimages.com/preview.asp?image=00124697001>> (s.d.)

meteoros ou astros em datas específicas, mas também era frequentemente usada como um sinal de glória devido a alguma vitória, seja ela militar ou não (Furlani, 2017, p. 241). No caso deste exemplar, a estrela pode fazer uma alusão às conquistas militares no Norte da África contra os vândalos em 533-534.

De acordo com Norma Musco e Gilvan Ventura (2004, pp. 254-256), ao analisarmos os símbolos de poder que eram utilizados pelo imperador, notamos que, aos poucos, a imagem imperial passa a estruturar toda a "constelação mitológica" da época, ou seja, o conjunto de construções imagéticas de um mesmo tema que exprime o imaginário político vigente na sociedade romana. Assim, o imperador romano, heroicizado, mitificado e divinizado, desempenhava uma função primordial na ratificação dos pressupostos simbólicos que davam sustentação à monarquia:

Desse modo, o discurso de triunfo e supremacia que se consolidava veio associar o cristianismo, um credo que, portador de uma mensagem ecumênica e missionária, conferiu um impulso extraordinário às pretensões universalistas dos imperadores. Por intermédio do cristianismo, o poder imperial postulava a realização de um ideal unitário, missionário e apostólico como jamais havia feito, confundindo-se esse ideal com a noção de civilização, há muito cara aos romanos. [...]. Os imperadores, imbuídos agora de uma missão apostólica, se viam como algo que jamais haviam sido: os guardiões de um credo único e os responsáveis diretos pela transmissão correta desse credo a todas as criaturas que habitavam o *orbis terrarum*, o que exigia, em contrapartida, a extirpação do paganismo ou da heresia [...] (Musco; Ventura; 2004, pp. 255-256)

A iconografia utilizada nas moedas cunhadas nesse período é bastante variada, porém algumas imagens que eram utilizadas frequentemente, como tipos pictóricos de conteúdo simbólico, aqueles relacionados ao exército (por exemplo, o imperador matando um inimigo caído ou arrastando um cativo pelo cabelo), não são encontrados. Também não temos exemplares com objetos e imagens tiradas da natureza ou representações de edifícios e eventos públicos. Com relação às marcas de valor, sob a forma de um grande número grego ou em latim²⁹, são exclusivas da cunhagem de bronze e foram usadas desde a sua introdução por Anastásio I, em 498, até o seu desaparecimento no século IX.

²⁹ Para saber os valores e as denominações das moedas de bronze ver: Grierson, Philip. *Byzantine coins*. London: Methuen & Co Ltd, 1982, pp. 14-17.

3 – Justiniano na *Crônica de João Malalas*

A *Crônica* de João Malalas é considerada pela historiografia como uma das principais fontes sobre o século VI, especialmente para o reinado de Justiniano. A obra é o primeiro exemplar de uma crônica universal bizantina, que inicia-se com a criação do mundo, portanto com Adão, até a época do próprio autor³⁰. Foi organizada em dezoito livros, que circularam em duas edições: a primeira, referente aos livros 1 ao 17, escritos em Antioquia, e a segunda contou com uma ampliação, no qual foi adicionado o livro 18, cobrindo o reinado de Justiniano, escrito em Constantinopla. Conforme indicado no prefácio³¹ da crônica, o objetivo de Malalas³² ao escrever sua obra foi duplo: 1) estabelecer o curso da história sagrada, conforme interpretado pela tradição da crônica cristã (livros 1 ao 9); e 2) fornecer um relato resumido dos eventos que ocorreram no tempo dos imperadores romanos, até a sua própria vida (livros 10 ao 18; Jeffreys & Scott, 1986, p. xxiii).

Ao longo da obra, Malalas segue seus objetivos consistentemente, usando nos primeiros livros a cronologia da história hebraica, integrando a história dos persas, gregos, romanos e de outras nações. A partir do livro 9, ele estrutura a crônica em torno dos reinados dos imperadores, informando fazer uso de fontes orais. De acordo com Roger Scott (2012, p. i), no início do período bizantino havia três tipos principais de escrita da história: a secular, a eclesiástica e as crônicas. As últimas se tornaram cada vez mais populares devido ao maior interesse por questões cronológicas como as datas da Criação, Encarnação e a duração do mundo. Porém, ainda segundo o autor, dentro da historiografia moderna, as crônicas foram negligenciadas por serem escritas em um grego considerado como “inferior”. No entanto, nos últimos anos, o trabalho de Malalas tem

³⁰ No século VI as crônicas cristãs forneciam uma explicação da história humana para todos os cristãos, rompendo com o passado clássico greco-romano ao estabelecer uma conexão com o passado bíblico. Cf. Mass, 2005, p. 3.

³¹ João Malalas. *Chronicle*. Prefácio: “Relato de João, descendente do tempo de Constantino, o Grande, começando a partir do tempo da criação do mundo. Achei certo, depois de abreviar algum material dos livros hebraicos escritos por Moisés... nas narrativas dos cronistas Africanus, Eusébio de Cesareia, Pausânias, Didyrnos, Theophilos, Clemente, Diodoros, Domninos, Eustathios e muitos outros cronistas e poetas e historiadores diligentes e relatar o mais fielmente possível uma narrativa resumido os eventos que ocorreram no tempo dos imperadores, até os eventos da minha própria vida que vieram aos meus ouvidos, quero dizer, de Adão até o reinado de Zenão e aqueles que governaram depois. Meus sucessores devem completar a história contando com sua própria capacidade. Assim, a maioria dos escritores da história do mundo fizeram um relato como o seguinte”.

³² O autor nasceu provavelmente por volta de 490, durante o reinado do imperador Zenão, na cidade de Antioquia. Exerceu um cargo burocrático junto ao *Comes Orientis*, que foi extinto por Justiniano em 535. Devido a esse fato, mudou-se para Constantinopla, onde continuou a escrever sua *Crônica*. A partir do livro 17, vemos a mudança de perspectiva da narrativa, que era centrada na cidade natal do cronista, para a capital do Império. Cf. Jeffreys & Scott, 1986, p. xxi.

chamado mais atenção dos pesquisadores, principalmente após a publicação da primeira tradução da obra para o inglês, realizada por Elizabeth e Michael Jeffreys e Roger Scott em 1986, seguido pela coleção *Studies in John Malalas*, organizada pelos mesmos autores, juntamente com Brian Croke.

De acordo com Elizabeth Jeffreys (1990, p. ix), a obra de Malalas foi muito popular entre os bizantinos, e teve um grande impacto nas crônicas posteriores, principalmente nas produções em grego, sírio e eslavo³³. Para Michael Mass (2014, p. 18), as crônicas são muito mais representativas sobre as crenças amplamente difundidas no século VI do que a história classicista de Procópio. Ponto destacado também por Claudia Rapp (2014, p. 394), que enfatiza que, embora os estudiosos modernos dependam muito das histórias seculares de Procópio e Agathias, essas não foram as obras que gozaram de maior popularidade nesse período e nas gerações posteriores, e sim trabalhos como os de Malalas, que forneciam prazer literário, instrução moral, entretenimento informativo e edificação espiritual.

Dito isso, a nossa proposta é examinar brevemente a representação de Justiniano na obra de Malalas e analisar se essa imagem se aproxima ou se afasta da representação oficial presente nos artefatos monetários. Como escrevemos anteriormente, a *Crônica* nos fornece uma imagem alternativa de Justiniano, ao compararmos com as outras fontes literárias do século VI, por não focar nos empreendimentos político-militares do período. As guerras estão presentes, mas ocupam pouco espaço na narrativa³⁴. Ao invés disso, o cronista enfatiza as ações do imperador junto à Igreja, as suas obras de reconstrução e fortificação em Constantinopla e nas demais cidades do Império³⁵, a reorganização das leis romanas³⁶, o fechamento da escola de Atenas³⁷, entre outras ações imperiais.

A primeira menção ao imperador é no livro 17, no qual ele é nomeado como co-imperador do seu tio, Justino I. Após a sua morte, ele assume o governo do Império sozinho, em 527. Logo no início da narrativa, o que aparece de maneira bastante clara é

³³ Encontramos várias menções ao autor, como João o Reitor, em obras contemporâneas e posteriores ao século VI, por exemplo na *História Eclesiástica* de Evágrio Escolástico, que utilizou a *Crônica* como uma de suas fontes. Cf. Evagrius Scholasticus (2000). *The Ecclesiastical History of Evagrius Scholasticus*. English translation by Michael Whitby. Liverpool: Liverpool University Press.

³⁴ A Guerra Vândala é descrita em apenas dois parágrafos: XVIII, 81 e 82. O mesmo acontece com os confrontos contra os godos que são resumidos nas seguintes passagens: XVIII, 88; 89; 97; 110; 116; 117 e 140. Já os embates com os persas aparecem com mais frequência ao longo de toda a obra.

³⁵ Algumas passagens que tratam sobre o tema: XVII, 19; XVIII, 2; 5; 17; 19 e 112.

³⁶ Cf. Malalas, XVIII, 38.

³⁷ Cf. Malalas, XVIII, 47.

a imensa importância do cristianismo e dos assuntos dogmáticos³⁸. As atividades do imperador, que ocupam grande centralidade na narrativa, quase sempre aparecem conectadas à Igreja ou à população, demonstrando generosidade, piedade ou justiça. Como é possível ver no trecho abaixo, é Justiniano quem é apresentado como a razão da estabilidade e da paz na cidade de Antioquia. Através de suas decisões sagradas ele ordena a cidade, reestabelecendo a amizade entre as facções e punindo as ações de assassinos e desordeiros:

Depois de oito anos e nove meses do reinado de Justino, o sagrado Justiniano tornou-se co-imperador, junto com a Augusta Teodora, e foi coroado por seu sagrado tio durante o consulado de Mavortius. O imperador Justiniano doou generosamente à cidade dos antioquenos. Ele estabeleceu uma condição segura e ordenada em cada cidade do estado romano e despachou rescritos sagrados para a própria cidade, para que os desordeiros ou assassinos, não importando a que facção pertencessem, fossem punidos; assim, no futuro, ninguém ousaria causar qualquer tipo de desordem, uma vez que Justiniano havia espalhado o medo em todas as províncias. Por um curto período, as facções de Antioquia, a Grande, mantiveram relações amistosas (*Malalas*, XVII, 18).

Nota-se no trecho acima, e em outras passagens da fonte, que o medo para Malalas é visto de forma positiva, pois as severas punições aplicadas pelo imperador trouxeram paz e segurança para o império. No geral, a *Crônica* nos fornece uma visão positiva sobre Justiniano, até mesmo nas ações que em outras fontes foram altamente criticadas, como as perseguições religiosas contra pagãos, hereges, astrólogos e homossexuais, além da supressão violenta contra quem se revoltava contra o governo. Questões como essas podem ser vistas na citação abaixo, na qual Malalas destaca a perseguição aos helenos³⁹:

³⁸ Uma característica fundamental da Igreja no século VI era a estreita relação político-ideológica que mantinha com o poder secular, encarnado pelo imperador. Essa relação se iniciou no século IV, tendo as suas origens nos conceitos políticos romanos-helenísticos e na teologia cristã, que estabeleceu uma relação inquebrável entre o Imperador e a Igreja. Em sua forma mais abstrata, era entendida como uma relação de dependência mútua, mas o ônus recaía sobre o governante secular, tanto para defender a crença correta quanto para proteger os interesses da Igreja. A partir de Constantino I, os imperadores haviam se envolvido em questões políticas e teológicas, e a legislação imperial e a tradição de longa data asseguravam que, na época de Justiniano, o governante secular, Estado e Igreja estavam inextricavelmente unidos em um complexo todo. Cf. Haldon, 2016, pp. 96-97.

³⁹ Ao escrever sobre os “helenos”, Malalas estava se referindo a pessoas que praticavam o paganismo. Cf. Scott, R. (2006). *Malalas and his contemporaries*. In: Elizabeth Jeffreys; Roger Scott; Brian Croke & Michael Jeffreys, *Studies in John Malalas* (p. 77). Byzantina Australiensia: Austrália, 2006.

Naquele ano houve uma grande perseguição aos helenos. Muitos tiveram seus bens confiscados. Alguns deles morreram [...]. Isso causou muito medo. O imperador decretou que aqueles que possuíam crenças helênicas não deveriam ocupar nenhum cargo estatal, enquanto aqueles que pertenciam às outras heresias deveriam desaparecer do estado romano, após terem recebido um período de três meses para abraçar a fé ortodoxa. Este decreto sagrado foi exibido em todas as cidades provinciais (*Malalas*, XVIII, 42).

De acordo com Roger Scott (1985, pp. 100-106), Malalas fez uso de fontes oficiais do governo ao escrever suas narrativas, assim “não temos a visão do homem comum sobre o imperador, mas sim a interpretação oficial dos eventos apresentados pela corte”. Ainda de acordo com o autor, era comum nos séculos V e VI que os imperadores publicassem e distribuíssem breves avisos e relatos sobre as realizações imperiais e que os cronistas fizessem grande uso dessas informações ao escreverem suas narrativas. Outro importante ponto analisado por Scott são as similaridades entre os relatos de Malalas com os de Procópio, mais especificamente na obra *História Secreta*. Em ambas as fontes, encontramos descrições dos mesmos eventos, porém em perspectivas diferentes⁴⁰, sendo que as de Procópio demonstram uma posição mais conservadora de uma elite em uma sociedade em transformação.

Desde o início de seu governo, o imperador buscou associar-se a um modelo de governante cristão, mas, ao mesmo tempo, demonstrou grande interesse pelo passado clássico romano. Isso é notável em sua iconografia e em algumas realizações políticas e religiosas implementadas, como vimos anteriormente. O impacto dessas realizações, juntamente com as tensões internas, as ameaças externas, as crescentes demandas financeiras e militares, afetaram a elite em Constantinopla, a qual era responsável pela produção literária do período. Assim, muitas das críticas contemporâneas e posteriores a Justiniano, feitas por historiadores seculares e eclesiásticos, repousam em acusações tradicionais contra um “mau” imperador que não atendeu às demandas e aspirações dessa elite, a qual se sentia ameaçada pelas ações do governante. Justiniano é amplamente criticado por ser inovador, interferindo no que era antigo e estava estabelecido, e, com

⁴⁰ Além do trabalho de Roger Scott, também indicamos o artigo de Elizabeth Jeffreys, no qual a autora analisa as similaridades entre a *Crônica* de Malalas e a obra *Das Construções* de Procópio. Cf. Jeffreys, 2000, pp. 73-79.

isso, introduzindo novas leis e costumes. Tal oposição entre inovação e restauração é um tema dominante nas fontes do período.

Apesar da *Crônica* ser estruturada a partir de uma perspectiva cristã, o autor não se preocupou em escrever sobre as questões doutrinárias e os conflitos religiosos que estavam em voga durante a escrita de sua obra, temas que foram amplamente discutidos e explorados por historiadores eclesiásticos e nas crônicas posteriores, como na de Teófanos e na *Chronicon Paschale*. Justiniano tinha um grande interesse pelos assuntos relacionados à Igreja, atuando diretamente na vida eclesiástica e na defesa do cristianismo. Além das perseguições e o fechamento da escola de Atenas, o imperador convocou o Segundo Concílio de Constantinopla⁴¹, em 553, fato omitido por Malalas. Assim, a maioria das menções sobre a atividade religiosa do período fazem referências a Justiniano atuando na construção de edifícios religiosos, batizando reis bárbaros e defendendo o Império contra as heresias:

Ele construiu em Antioquia uma igreja da Santa Mãe de Deus e da sempre virgem Maria, em frente ao prédio conhecido como basílica de Rufino, construindo, perto dela, outra igreja, a dos Santos Cosme e Damião. Ele também construiu um hospício, banhos e cisternas. Igualmente, a mais devota Teodora também providenciou muito para a cidade. Ela construiu uma igreja extremamente bela do arcanjo Miguel; ela também construiu o que é conhecido como a basílica de Anatolius, na qual as colunas foram enviadas de Constantinopla. A Augusta Teodora fez e enviou a Jerusalém uma cruz caríssima, cravejada de pérolas. O imperador Justiniano despachou presentes para todos os contribuintes do estado romano (*Malalas*, XVII, 19).

Apesar do pouco interesse de Malalas por essas questões, não há dúvidas de que ele era cristão. O cristianismo do autor também é visível em sua concepção inquestionável da providência divina atuando no mundo. É o Deus cristão que supervisiona o curso da história. Sua vontade é expressa com mais frequência por meio dos desastres naturais e a peste que são descritos nos últimos livros da *Crônica*. Também encontramos diversas passagens sobre presságios, oráculos, milagres e a atuação dos padres junto às Igrejas:

⁴¹ Já na *História Eclesiástica* de Evágrio Escolástico temos uma detalhada descrição do evento e dos motivos que levaram o imperador a convocar esse Concílio. Ver: Evagrius, 4,38.

Naquele ano, Pompeiopolis, na Mísia, sofreu com a ira de Deus. Quando um terremoto ocorreu, o solo repentinamente se abriu e metade da cidade com seus habitantes foi engolida. Eles estavam abaixo do solo e o som de suas vozes foi levado aos sobreviventes. O imperador agiu de forma beneficente para resgatar aqueles que estavam sob o solo, e igualmente com aqueles que ficaram vivos e com a reconstrução da cidade (*Malalas, XVIII, 19*).

4 - Considerações Finais

Buscamos demonstrar, a partir da análise da narrativa de Malalas e das cunhagens, as múltiplas possibilidades proporcionadas pelas fontes para o estudo das representações de Justiniano. O imperador tentou construir uma retórica de governo forte, adotando uma série de medidas para promover e legitimar o seu poder. Para isso, fez uso de diversos recursos imagéticos e retóricos, que visavam enfatizar suas ações junto à Igreja, associar a sua imagem a uma devoção divina e divulgar seus empreendimentos político-militares nos territórios que anteriormente pertenciam ao Império Romano, mas que no século V estavam sob o domínio bárbaro, e contra os persas no Oriente.

Através dos artefatos monetários, conseguiu promover um modelo de imperador cristão, defensor da ortodoxia e que buscou, por meio de suas conquistas militares, unificar o Império em torno de um credo único. Os conceitos de governo cristão unido por divindades já existia há muito tempo, mas com Justiniano essas ideias apareceram sistematicamente nas moedas. A figura do imperador cristão, persistiu nos anversos e reversos de seus sucessores, frequentemente associado ao orbe e a outros símbolos religiosos. A partir do triunfo da ortodoxia, iniciou-se uma nova fase da iconografia⁴², no qual começamos a encontrar imagens de Cristo ao lado dos imperadores, assim como de outros santos, como a Virgem Maria. Também podemos observar uma tensão entre elementos que remetem ao passado clássico romano e as mudanças que estavam sendo implementadas pelo imperador. Justiniano personalizou o seu poder, demonstrando o seu papel com representante de Deus na terra, ao mesmo tempo em que recuperou elementos do Alto Império que interessavam a ele.

Parte dessas questões parecem ter sido compreendidas por João Malalas, que descreveu Justiniano como um modelo de imperador cristão, que desempenhou um papel

⁴² Cf. Grierson, 1999, pp. 24-44.

ativo nos assuntos dogmáticos e que buscou unificar o Império Romano em torno de uma única religião. Diferentemente das fontes seculares escritas no mesmo período, não enfatizou os empreendimentos políticos-militares que foram realizados pelo imperador, mostrando uma imagem alternativa de Justiniano, a qual era a de um imperador teólogo, construtor e que organizou as leis romanas. Assim, em Malalas vemos atitudes, crenças e perspectivas históricas que foram disseminadas por todo Imperio Romano durante o século VI. A visão predominante em sua *Crônica* é de continuidade ao invés de conflito, ou seja, o presente cristão emergindo do passado pagão que estava sob a providência do Deus cristão.

Recebido: 30/08/2020

Aprovado: 29/10/2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- Ephesos, John of (1933). *Ecclesiastical History*. Franklin Classics Trade Press.
- Grierson, P. & Belliger, A. R. (1996). *Catalogue of Byzantine Coins in Dumbarton Oaks Collection: from Anastasius I to Maurice 491- 602 (Vol.1)*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection.
- Malalas, John (1986). *The Chronicle of John Malalas* (English translation by Elizabeth Jeffreys; Michael Jeffreys & Roger Scott). Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies.
- Procopius (2006). *Anedocta* (English translation by H. B. Dewing). London: Harvard University Press.
- The Berlin Münzkabinett Online Catalogue*. << <http://ikmk.smb.museum/> >> (s.d.).
- Worth, Warwick (1908). *Catalogue of the Imperial Byzantine coins in the British Museum (Vol. 1)*. London: British Museum.

Obras

- Agulhon, M. (1987). Politique, images, symboles dans la France Pós-Révolutionnaire. *Historie Vagabonde* 1, 280-310.
- Baptista, L. de V. (2013). *O logos da Guerra Pérsica: Uma análise da perspectiva histórica da obra de Procópio de Cesareia (VI.D.C)*. Tese de doutorado, UFRGS: Porto Alegre.
- Bellinger, A. R. (1956). The coins and byzantine imperial policy. *Speculum*. 31, 70-81.
- Boy, R. V. (2013). *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica: da “Queda de Roma” ao período de Justiniano*. Tese de doutorado, USP: São Paulo.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Breckenridge, J. D. (1959). *The numismatic iconography of Justinian II (685-695, 705-711 A.D.)*. New York: American Numismatic Society.
- Brubaker, L. & Tobler, H. (2000). The Gender of Money: Byzantine Empresses on Coins (324–802). *Gender & History*, Vol 12,n.3, 572-594.
- Chatier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel.

- Diehl, C. (1961). *Os grandes problemas da história bizantina*. São Paulo: Editora das Américas.
- Doyle, C. (2015). Declaring victory, concealing defeat: continuity and change in imperial coinage of the Roman West, c.383- c.408. In G. Greatrex & H. Elton (Eds.). *Shifting genres in Late Antiquity* (pp.157-173). Farnham: Ashgate.
- Furlani, J. C. (2017). Anverso e reverso: a imagem monetária de Élia Eudoxa, imperatriz do Oriente (395-404). *Romanitas: Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 9, 234-253.
- Galavaris, G. P. (1958). The symbolism of the imperial costume as displayed on the byzantine coins. *Museum Notes (American Numismatic Society)*, 8, 99-117.
- Gonçalves, A. T. M. (2001). Poder e Propaganda no Período Severiano: A construção da imagem imperial. *Politéia – História e Sociedade* (Uesb), Vitória da Conquista/Bahia, n. 1, 53-68.
- Gonçalves, A. T. M. (2004). Construção e inserção de imagens na memória política romana: o caso dos Severos. *História Revista* (UFG), Goiânia/GO, 9 (1), 107-144.
- Gregory, A. P. (1994). Powerful Images: responses to portraits and the political uses of images in Rome. *Journal of Roman Archeology*, vol. 7, 80-99.
- Grierson, P. (1982). *Byzantine coins*. London: Methuem & Co Ltd.
- Grierson, P. (1999). *Byzantine coinage*. Washington: Dumbarton Oaks.
- Haldon, J. (2016). *The Empire that Would Not Die: The Paradoxo of Eastern Roman Suvival*, London.
- Hekster, O. (2003). Coins and messages. Audience targeting on coins of different denominations? In L. de Blois et al. (Eds.), *Representation and Perception of Roman Imperial Power*. Amsterdam : Gieben.
- Jeffreys, E. (2000). Malalas, Procopius and Justinianic buildings. *Na Tard*, 8.
- Joseph, C. (1996). *A history of medieval political thought, 300-1450*. London and New York: Routledge.
- Kent, J. P. C (1994). *Roman Imperial Coinage*. Vol. 10, London.
- Kelly, C. (1998). *Emperors as gods, angels as bureaucrats: The representation of Imperial power in Late Antiquity*. Cambridge University.
- Kemmers, F. (2005). ‘Not at random: evidence for a regionalised coin supply?’ In: J. Bruhn, B. Croxford & D. Grigoropoulos (Eds.), *Theoretical Roman Archaeology Conference*, 14, 39-49.
- Mass. M. (2005). Roman Questions, Byzantine Answers contours of the Age of Justinian. In Michael Mass (Ed.), *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Martins, P. (2011). *Imagem e Poder: Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Mendes, N. M. & Silva, G. V. da (2004). As representações do poder imperial entre o Principado e o Dominato. *Revista Dimensões*. Vol. 16, 241-270.
- Oster, R. (1982). Numismatic windows into the social world of early christianity: a methodological inquiry. *Journal of Biblical Literature*, 101, 1995-223.
- Ostrogorsky, G. (1984). *História del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal.
- Parani, M. G. (2003). *Reconstructing the reality of images: byzantine material culture and religious iconography (11th-15th centuries)*. Boston: Brill.
- Rapp, C. (2005). Literary culture under Justinian. In Michael Mass (Ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scott, R. (1985). Malalas, The Secrety History and Justinian's Propaganda. *Dumbarton Oaks Paper*. Vol. 39, 99-109.
- Scott, R. (2012). *Byzantine Chronicles and the sixth century*. New York: Routledge.
- Silva, G. V. da & Zardini, T. B. (2011). Antiguidade tardia: a imagem de Máximo e Eugênio segundo os testemunhos monetários. *MNEME: Revista de Humanidades*, 12(30), 120-136.

**MANY FACES OF JUSTINIAN:
AN ANALYSIS OF THE REPRESENTATION OF JUSTINIAN
IN THE COINAGE AND IN THE *CHRONICLE* OF JOHN MALALAS**

ABSTRACT

This article proposes a study about the representations of Emperor Justinian I in the monetary artifacts and in the book *Chronicles* of John Malalas, written in the 6th century. Our aim is to examine the points of contact and distance between the official and literary image of the emperor. Throughout antiquity, images were important resources for communication and persuasion, playing a fundamental role in the formation of a public discourse, being essential for the maintenance and legitimation of the power of the emperors.

KEYWORDS

Justinian; numismatics; representation; John Malalas; image.